Configurações, vol. 9, 2012, pp. 7-14

Introdução

Manuel Carlos Silva, Alice Delerue Matos, Ana Paula Marques

Nesta introdução procuramos sintetizar os diversos contributos sociológicos neste número da Revista *Configurações*, os quais, não obstante alguma diversidade, apresentam afinidades entre si e, em regra, uma lógica sequencial, o que nos permitiu encontrar conceitos-chave que presidem ao título deste número de Revista: "Trabalho e Género: vidas precárias, percursos e acção colectiva". Com efeito, como veremos, a maior dos textos incide sobre (*i*) o trabalho e temas próximos tais como profissionalização dos sociólogos e assistentes sociais; o papel das redes nas reconfigurações organizacionais e, de modo mais específico, o papel de um blogue organizacional na gestão de uma empresa; vidas operárias no Alentejo durante o Estado Novo; situações de precariedade laboral, nomeadamente entre os jovens; (*ii*) o género e tópicos afins nomeadamente sobre percursos e discursos na delinquência juvenil feminina, as desigualdades de género em espaço doméstico e a crítica feminista contemporânea na obra literária de Ana B; (*iii*) e, na esfera da reprodução social, o envolvimento de moradores nos programas de realojamento. Na grande parte dos textos, há um elemento comum bem presente, pelo menos em termos conclusivos: a necessidade de participação e acção colectiva, a fim de realizar os objectivos em causa. Mas detenhamo-nos um pouco mais sobre os conteúdos dos diversos artigos.

Num primeiro texto de elevada reflexão sociológica é convocado por Telmo Caria, Filipa César e Raquel Biltes o tema da profissionalização da sociologia e o uso dualístico das Ciências Sociais na mira de evidenciar a necessidade de teorização adequada nas oposições entre Sociologia e Serviço Social e nas relações entre teoria e prática no trabalho científico e profissional em Sociologia. Após uma revisitação crítica de contributos de diversos sociólogos, nomeadamente portugueses, sobre as relações entre ciência e profissão, os autores procuram contribuir para "resolver o hiato entre o domínio simbólico de análise (de explicação) da realidade e o domínio prático da intervenção (de investigação) em situação (na academia ou fora dela)", sustentando a bidireccionalidade entre

Configuracoes 9.indb 7 09-05-2013 16:39:05

ciência e profissão e deixando como problema em aberto a dualidade de saberes e competências nos dois tipos de usos do conhecimento, ou seja, de estilos de uso do conhecimento entre os campos científicos das Ciências Sociais e os campos profissionais de uso social das mesmas ciências.

Seguidamente, Helena Areias e Ana Paula Marques, visando aprofundar o conceito de "redes" e "reconfiguração organizacional", em especial a partir do pensamento de Norbert Elias, desenvolvem o seu artigo a partir de um trabalho de revisitação do legado daquele autor e dos seus contributos heurísticos para a sociedade actual. Tendencialmente, a homogeneização de procedimentos/acções e a previsibilidade de finalidades/resultados das organizações de outrora deram lugar à incerteza, instabilidade e complexidade, constitutivas das *maneiras de ser* das organizações de hoje. Neste novo cenário poder-se-á compreender que as perspectivas clássicas sobre a organização racional-burocrática e tayloristafordista, inscritas numa ordem vertical e hierárquica, passem a ser criticadas tanto do ponto de vista epistemológico, como praxeológico, dada a ausência ou insuficiência conceptual na análise de estruturas em rede ou de configurações organizacionais policêntricas. Estas têm vindo a ser potenciadas pela revolução das tecnologias de informação e comunicação, pela crise económica do capitalismo e problematização do papel do Estado, bem como pela reivindicação de protagonismo e participação dos diversos atores (individuais e colectivos) nas sociedades contemporâneas. As parcerias interorganizacionais, induzidas pelo *Programa Rede*, ilustram uma das tendências centrais em curso. Ou seja, a organização em rede implica uma nova abordagem quanto aos processos de decisão, planeamento e avaliação, considerando as dimensões de risco, interdependência e aprendizagem. Convocando a teoria da configuração de Norbert Elias em vista à superação da dicotomia clássica "indivíduos" e "sociedade", as autoras colocam com pertinência a ênfase nos processos sociais na medida em que os actores, em situação de interdependência, (re)configuram sociedades dotadas de historicidade e dinâmica tensional, procurando deste modo uma alternativa crítica para lá da lógica tradicional da racionalidade linear e determinista.

Tendo por base o valor do trabalho e a relevância dos processos de consciencialização e organização das classes sociais, João Valente Aguiar, com base no método biográfico e etnográfico, dá voz e reconstitui vidas de operários no Alentejo ao tempo do Estado Novo, as suas subjectividades e experiências comunitárias de entreajuda, os processos de resistência e luta (vg. a luta pelas 8 horas de trabalho a substituir o trabalho braçal de sol a sol) contra a exploração e dominação dos latifundiários e a repressão do regime ditatorial salazarista e caetanista. Ou seja, através de relatos de três histórias de vida narradas por três operários idosos, a classe operária alentejana, hoje em profunda erosão social, é todavia reconstruida na sua história e identidade, nos seus hábitos e universos simbólicos e culturais de classe, nas redes de sociabilidade e interconhecimento. Os interlocutores do autor, articulando as suas experiências de sofrimento e

prisão, luta e liderança no quadro das acções colectivas pelos seus direitos em prol do direito ao trabalho, de salários dignos e pelo derrube do regime, prosseguem as suas narrativas das vivências do pós 25 de Abril de 1974: a libertação da dominação latifundiária, nomeadamente pela ocupação de terras, não para se apropriarem destas em termos individuais mas para assegurarem o trabalho como fonte de subsistência digna e criação de riqueza. Em suma, trata-se de uma reflexão do autor em que a história, a sociologia etnográfica e reflexiva operam um encontro feliz e vantagens mútuas.

Ainda tendo como central o trabalho mas focalizado nas formas de precarização das relações laborais nos mercados de trabalho com subsequente perda de direitos, quebra da concertação colectiva e do tradicional 'contrato social' entre capital e trabalho, Elísio Estanque analisa de modo incisivo como anteriores formas 'atípicas' e excepcionais de trabalho precário se estão a converter, na actual fase do capitalismo global e correlativas políticas neoliberais, em formas padronizadas de precariedade, acompanhadas de desregulação laboral e gradual desmantelamento do Estado Social. Perante esta nova realidade o autor, após uma retroprojecção comparativa ao capitalismo 'selvagem' do século XIX e às profundas crises na primeira metade do século XX, analisa as sucessivas e diferenciadas respostas sindicais e, em particular, do velho e combativo movimento sindical de classe, acabando contudo por desafiar a tradicional narrativa da classe operária de inspiração marxista, hoje confrontada com dificuldades de fazer face às novas situações e problemas que têm dado origem a novos movimentos sociais. E, com este diagnóstico, Elísio Estanque atribui cada vez maiores potencialidades aos novos movimentos sociais. Mais, nesta perspectiva e tendo presente a realidade estruturante do trabalho precário, disseca e analisa as novas subjectividades, formas culturais e 'políticas identitárias', em que, pela combinação das redes sociais e acções de rua, emergem novos actores sociolaborais tais como os movimentos "Fartos d' Estes Recibos Verdes" (FERVE), "Precários Inflexíveis" (PI), o "MayDay" e "EuroMayDay". Por fim, considerando estes movimentos e os novos desafios do actual contexto, o autor avança com uma polémica conclusão intitulada "sindicatos *versus* movimentos", sem deixar de propor, entre outros imperativos, a necessidade de um sindicalismo de novo tipo, de um movimento social global orientado para a centralidade do trabalho e do 'contrato social', relevando a democracia participativa e a intervenção cidadã para além da esfera laboral e do quadro nacional.

Dando sequência à problemática da precarização, José Soeiro problematiza os movimentos sociais juvenis apartidários que, um pouco por toda a Europa e no mundo árabe, se insurgem desde 2011 contra a precariedade laboral, as condições de trabalho e o desemprego. Para o autor a precarização da inserção profissional dos jovens insere-se no processo de reestruturação produtiva na nova fase do capitalismo desregulado que se manifesta, no plano das organizações, pela individualização das tarefas, promoção da mobilidade e adap-

tabilidade dos trabalhadores, dispensa de contractos colectivos de trabalho e subcontratação, entre outros aspectos e, no plano individual, por trajectórias profissionais descontínuas e difusas. No plano ideológico, o autor sublinha a narrativa do "novo espírito do capitalismo" que distorce os ideais de liberdade e de autonomia e que exalta a "plena atividade" sem que tal implique o "pleno emprego", pressionando os indivíduos a aceitarem qualquer trabalho sem os direitos inerentes. Em Portugal, este processo apresenta características específicas e atinge sobremaneira os jovens que apresentam uma inserção profissional que José Soeiro com justeza classifica de longa, penosa e complexa, ainda que socialmente desigual. A luta política contra a lógica da precarização tem mobilizado os jovens que, em regra, exprimem através de diversos agrupamentos (Precários Inflexíveis, FERVE, MayDay) e manifestações relativamente espontâneas a sua insatisfação, ressentimento e revolta perante uma situação de desemprego estrutural, subemprego e precariedade, que atinge todas as gerações e, nesta óptica, o autor rejeita a narrativa da 'guerra de gerações'. O êxito da luta encetada depende, segundo o autor, da capacidade de comunicação, dos entendimentos e práticas dos diversos atores sociais, desde a sociedade civil não organizada aos partidos e sindicatos, e da capacidade de aprendizagem mútua destes atores.

Ainda prosseguindo com o tema da juventude, Vera Duarte traz a debate um tema a que não tem sido dada a necessária atenção como é o caso da delinquência juvenil feminina e seus contextos, discursos e percursos. Trata-se de um texto resultante do trabalho de investigação desenvolvido no quadro da sua tese de doutoramento, na qual problematiza a delinquência juvenil feminina e, em particular, as experiências e significados das formas de transgressão das adolescentes e jovens nos seus percursos de vida, percursos esses que desembocaram em medidas tutelares educativas. O próprio tema, a sua caracterização e sobretudo a problematização equacionada pela autora desafia certos estereótipos e discursos, narrativas e padrões hegemónicos que associam, de modo quase exclusivo, a violência, a delinquência e o crime ao género masculino, vendo a mulher apenas como vítima. Tais narrativas e discursos não só tornam invisível a jovem como agressora, como, talvez mais flagrante, denegam a própria construção social da jovem como sujeito com voz e discurso. Este quadro discursivo induz a autora a problematizar e operar um recorte teórico-metodológico em que cruza a teoria da acção estruturada com o interaccionismo simbólico e as teorias feministas e desenvolve uma estratégia de investigação, cruzando a análise de 31 processos individuais tutelares com 19 entrevistas de forte componente qualitativa. A autora detecta nos percursos das jovens situações de vulnerabilidade e risco, de exposição a maus-tratos, de desestruturação familiar ou abandono por ausência de um ou dos dois progenitores, ruptura nos vínculos afectivos familiares nomeadamente com relações de 'amor-ódio' com a mãe, absentismo escolar, abandono precoce e insucesso escolar e, com a fuga de casa e da escola, a busca

Configuracoes 9.indb 10 09-05-2013 16:39:06

de sociabilidades com pares mistos e/ou mais velhos em contextos de transgressão e delinquência. Por fim, é de sublinhar o modo como a autora, com base nos percursos e motivações das raparigas entrevistadas, destila de modo inovador vários tipos ou perfis de de percursos transgressivos: transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada), transgressão-rebelde, transgressão-influência e transgressão circunstancial. Em suma, este estudo evidencia a necessidade de desenvolver uma agenda de investigação, prevenção e intervenção, valorizando as vozes das jovens e sendo sensível à perspectiva de género.

Considerando o trabalho já não no contexto produtivo formal mas na esfera informal imbricada nas formas de reprodução social, Manuel Carlos Silva, Ana Jorge e Aleksandra Queiroz debruçam-se sobre a divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, com base em resultados de um inquérito assente numa amostra por quotas aplicada a 802 pessoas em Portugal Continental, no quadro de um projecto de investigação sobre Desigualdades de Género, coordenado pelo primeiro autor. Uma vez identificado o problema nomeadamente a discrepância entre representações e práticas sociais no concernente à repartição de tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos entre homens e mulheres, os autores fazem uma breve revisitação teórica do conceito de representações com base em sociólogos clássicos e outros mais recentes, considerando que a divisão sexual do trabalho doméstico constitui um dos lugares e um dos mais fortes instrumentos estratégicos para aferir o grau de desigualdade de género. Os autores não se ficam por considerações teóricas mas avançam alguns resultados da referida investigação: um desigual grau de participação entre homens e mulheres, diferenciado por grupos profissionais e escalões etários; o dobro do tempo dispendido, em número de horas semanais, nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos por parte da mulher, nomeadamente nas tarefas mais rotineiras e/ou fastidiantes. Deste modo, as conclusões dos autores, reforçando conclusões de outros estudos a nível nacional e internacional, aliás referidos, põem em causa o modelo parsoniano de complementaridade de funções – instrumental por parte do homem enquanto provedor e expressivo pela mulher enquanto cuidadora – para diagnosticar uma relação assimétrica de género em detrimento da mulher, não obstante os avanços verificados. Tais conclusões exigem, para além da acção afirmativa dos movimentos feministas, uma mudança de mentalidades, representações e de práticas sociais, a colaboração de várias instituições e, em particular, políticas públicas adequadas tendo no horizonte um tratamento de equidade de género e emancipação social.

Seguidamente, já num registo e estilo de análise literária, Lennita Ruggi e Rosimeire Silva, partindo da obra da jovem escritora Ana Bê, discutem com argúcia a escrita feminista contemporânea. Num estilo poético, na continuidade da própria obra da escritora, interpretam as concepções do corpo na escrita de Ana Bê: corpo individual enquanto forma de afirmação do sujeito no mundo mas, ao mesmo tempo, corpo colectivo, inscrito cultural e historicamente, que

se realiza e é realizado na interacção com os outros. Denunciando as concepções estáveis do corpo e das identidades na sociedade capitalista, as autoras sublinham a tese de Ana Bê sobre o direito à diferença e o corpo como lugar de luta política. Finalmente, explicam com subtileza como a poesia e a prosa da escritora são pretexto para uma análise mordaz do discurso científico que, sob um véu de neutralidade e objectividade, se impõe como discurso "hermético, classificatório, universalizante e opressor", justificando a busca incessante da escritora por outras formas de se exprimir e de lutar por uma sociedade verdadeiramente democrática.

A complementar temas da esfera da produção, Camila Rodrigues, já na esfera da reprodução social, oferece um contributo de análise sociológica acerca dos programas de realojamento no contexto do pós 25 de Abril de 1974. Com efeito, uma das condições de reprodução social das famílias passa pela questão da habitação e, considerando as classes e grupos sociais mais desprovidos e sem alojamento condigno em bairros degradados, os problemas de realojamento. É neste quadro que a autora, sendo ciente de um campo de conflitualidade como é o da habitação, após breve referência de não resposta ou resposta supletiva e selectiva do Estado Novo ao problema, centra-se na análise dos programas de realojamento no Portugal democrático desde o 25 de Abril de 1974 até à actualidade, equacionando na análise os níveis e formas de envolvimento cívico dos moradores nesta questão nuclear, a qual nem sempre tem sido objecto de suficiente atenção e, muito menos, de preocupação nas políticas sociais. Mais, focaliza o seu olhar analítico sobre a rica experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) logo no pós 25 de Abril por despacho dos Ministério da Administração Interna e do Equipamento Social, na qual viriam a mobilizar-se populações e técnicos, experiência logo bloqueada em 1976 pelo próprio poder político. Segundo a autora, a implementação dos subsequentes Planos com apoios comunitários do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) nos anos '80, o Plano Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (PER) nos anos '90 e o PROHABITA a partir de 2004 tiveram por objectivos a erradicação de barracas, o envolvimento dos municípios e a alteração dos estilos de vida dos moradores. Todavia, a autora não só questiona o carácter estatizado destes planos que não têm em conta os recursos e a participação dos próprios moradores como interpela, de maneira subtil e arrojada, o alegado altruísmo dos dirigentes das ONG's que afinal traduzem perspectivas personalistas ou práticas não democráticas nos processos e na gestão de conflitos. Com efeito, a autora conclui que as populações, apesar das queixas e protestos sobre a implementação concreta dos programas, não têm autonomia mas são condicionadas por técnicos e sobretudo por dirigentes de ONG's, acabando por não obter empoderamento mas ser manipuladas, adoptar posicionamentos acomodatícios e atomizar-se.

Carla Cunha e Ana Paula Marques analisam o papel das novas tecnologias nomeadamente a criação de um blogue organizacional para efeitos de gestão e monitorização das acções e reacções dos trabalhadores e grau de presença ou ausência de sentimentos de pertença. As autoras, na análise de um blogue organizacional, recuperam os contributos clássicos da sociologia do trabalho, em especial desenvolvidos por R. Sainsaulieu, sem deixarem de contribuir para uma discussão do seu alcance heurístico face aos desafios que as organizações enfrentam na actualidade. Estes passam por processos de reconversão tecnológica e ideológica, desde logo pela imposição das tecnologias de informação e comunicação a todos os níveis da dimensão económica e societária, assim como de individualização e erosão de "culturas de trabalho", ou seja, de normas, valores e modelos culturais instituídos. Ao mesmo tempo, e em sentido aparentemente paradoxal, incentivam-se práticas e lógicas de organização dos quotidianos de trabalho que visam promover um "espaço" de interacção social entre os trabalhadores no seio de uma organização, alegando a construção de um espírito de comunidade e de identidade comuns. Será neste contexto que se percebe a importância de um blogue organizacional enquanto "ferramenta" privilegiada para potenciar sentimentos de pertença e de identificação à empresa. Sabe-se, no entanto, que este tipo de análise tende a resvalar, em muitos dos diagnósticos realizados, para um determinismo tecnológico, naturalizando, assim, muitas das suas opções, decisões e consequências no contexto das organizações. Contribuir para uma crítica do determinismo associado às novas tecnologias constitui porventura o maior contributo deste artigo. Com efeito, face às principais conclusões obtidas, as autoras precisam o alcance de um blogue organizacional quanto ao seu papel na promoção e divulgação dos símbolos e identidade da empresa no sentido de "cultura" organizacional. Mais, através de uma análise de conteúdo das publicações e comentários "postados" no blogue por um período de tempo, foi-lhes possível concluir pela identificação e compreensão de "subculturas" profissionais em função do perfil e posição hierárquica dos colaboradores. Portanto, não só as autoras fundamentam uma crítica à tendência homogeneizante e determinista da tecnologia – presente hoje como outrora no domínio dos estudos clássicos em sociologia do trabalho e das organizações – como reivindicam apropriações desiguais da mesma em função dos grupos sociais em jogo. Fica patente, igualmente, a ideia de que os espaços de trabalho contêm em si heterodeterminações várias, em que as tecnologias constituem uma entre outras, designadamente económica, organizacional, profissional e simbólica.

Por fim, este número da revista *Configurações* termina com uma recensão de Fernando Bessa Ribeiro ao livro organizado por Helena Machado e Filipe Santos intitulado "Justiça, ambientes mediáticos e ordem social", o qual, para além dos contributos dos próprios organizadores, recolhe textos de especialistas estrangeiros na área da sociologia e da criminologia. Como refere Fernando B.

Ribeiro, trata-se de um trabalho meritório e inovador na área da justiça e sua relação com os *media* e a polícia e, em particular, a mediatização da justiça e, através desta, a politização da justiça. A este respeito, a par de situações de não transparência e relativo alheamento dos cidadãos, afloram também conflitos entre os diversos actores institucionais denotativos das respectivas relações de força. Neste quadro, organizadores e autores do livro, ao analisarem, revelarem ou desconstruírem os meandros das relações entre as diferentes instituições, para além do ganho científico, proporcionam aos cidadãos instrumentos para escrutinar o papel da justiça, da polícia e dos *media* e suas relações de poder.

Configuracoes 9.indb 14 09-05-2013 16:39:06